

PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 1

- Para produzir a dissertação relativa ao Texto 1, que vale **trinta** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Para elaborar a dissertação correspondente ao **Texto 1**, escolha um dos temas a seguir.

Tema 1

DE ACORDO COM O ART. 36 DA LEI FEDERAL N.º 4.320/1964, DEVEM SER ESCRITURADAS NA RUBRICA RESTOS A PAGAR (RAP) AS DESPESAS EMPENHADAS E NÃO-PAGAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO, DISTINGUINDO-SE AS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS.

Redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do tema acima e abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito completo de RAP, processados e não-processados;
- ▶ forma como a recente legislação acerca de responsabilidade fiscal disciplina essa matéria;
- ▶ análise da escrituração dos RAP com base nos princípios fundamentais da contabilidade;
- ▶ prazo de prescrição dos RAP e o procedimento que se utiliza para pagar uma despesa que tenha sido inscrita em RAP, cancelada e, posteriormente, reconhecida (RAP com prescrição interrompida).

Tema 2

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVISTAS EM CONFRONTO COM AS REALIZADAS.

Redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do tema acima e abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ situações que podem ocorrer ao se comparar as colunas que demonstram a receita orçamentária;
- ▶ possíveis situações decorrentes da comparação entre as colunas que demonstram a despesa orçamentária;
- ▶ situações que podem resultar da elaboração do balanço orçamentário (resultado orçamentário).

PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 2

- Para produzir o discurso relativo ao Texto 2, que vale **vinte** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Para elaborar o discurso parlamentar correspondente ao **Texto 2**, escolha um dos temas a seguir.

Tema 1

É ao longo do processo orçamentário que o Congresso Nacional deveria deliberar sobre as questões relativas à eficiência e à equidade da alocação dos recursos governamentais. Para tanto, faz-se necessária a participação direta daquelas comissões parlamentares que examinam as políticas públicas, ouvindo ministros de Estado, dirigentes de empresas e órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Dizendo em outras palavras, concernente ao processo orçamentário, a atuação do Congresso deveria ir muito além de emendar a proposta do Poder Executivo. Cabe aos congressistas revisar, de forma crítica, cada um dos programas orçamentários, examinando o sucesso e as falhas dos mesmos em alcançar os objetivos colimados.

Considerando a abordagem relativa ao processo orçamentário apresentada no texto acima, redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do tema a seguir:

A ATUAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL NO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO.

Em seu discurso, devem ser contemplados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ busca da eficiência alocativa;
- ▶ busca da eficiência operacional;
- ▶ base jurídica para atuação do Congresso Nacional no processo orçamentário;
- ▶ aparelho institucional de suporte à atuação do Congresso Nacional no processo orçamentário;
- ▶ tendências futuras dessa atuação.

Tema 2

Dezoito estados norte-americanos contam com processos formais para a obtenção de uma estimativa consensual das receitas que comporão o orçamento, em que se requer a anuência, no mínimo, dos Poderes Executivo e Legislativo. Vários estados incluem nesse processo um ou mais economistas oriundos do corpo docente da universidade estadual ou provenientes do setor empresarial. Além de trazerem para o processo uma série de conhecimentos especializados, esses participantes dos setores privado e acadêmico tornam o processo de estimativa da receita muito mais do que uma simples atividade rotineira de autoridades eleitas ou nomeadas, o que confere ao processo maior grau de credibilidade. Aliás, essa credibilidade pode ser ainda mais realçada por meio de um procedimento aberto e público, que por si próprio reforça o caráter impositivo da estimativa.

Considerando a abordagem relativa ao processo de estimativa de receita apresentada no texto acima, redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do tema a seguir:

PROCESSO DE PREVISÃO DE RECEITAS PARA AS NORMAS DE NATUREZA ORÇAMENTÁRIA NO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO.

Em seu discurso, devem ser contemplados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ parâmetros econômicos utilizados e sua importância;
- ▶ base legal;
- ▶ história recente, com causas de sucesso e de insucesso;
- ▶ alternativas para a melhoria da qualidade dos resultados desse procedimento.

PROVA 2 – DISCURSIVA – 2.ª PARTE – TEXTO 3

- Para produzir os votos relativos ao Texto 3, que vale **quarenta** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas de **TEXTOS DEFINITIVOS DO TEXTO 3** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Na elaboração de cada voto — cada um deles valendo **vinte** pontos —, obedeça aos limites de extensão determinados, pois qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Será anulado o texto cujo voto não for escrito na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 3** correspondente. Desse modo, texto definitivo correspondente ao voto pela aprovação, mas escrito na folha correspondente ao voto pela rejeição, e texto definitivo correspondente ao voto pela rejeição, mas escrito na folha correspondente ao voto pela aprovação, serão anulados.

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

PROJETO DE LEI N.º XX, DE XXXX – COMPLEMENTAR

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000, para limitar o estoque da dívida mobiliária federal com cláusula de correção cambial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 30 da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000, passa a vigor acrescido do seguinte § 8.º:

Art. 30 (...)

(...)

§ 8.º O montante dos títulos públicos federais com cláusula de correção cambial não poderá ser superior a dez por cento do estoque total da dívida mobiliária federal. (AC)

Art. 2.º O § 5.º do art. 31 da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 31 (...)

(...)

§ 5.º As normas deste artigo serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária, inclusive aquele determinado no § 8.º do art. 30, e das operações de crédito. (NR)

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A participação de títulos públicos federais com cláusula de correção cambial na composição da dívida mobiliária federal quase triplicou nos últimos quatro anos. Conforme consta na edição de setembro de 2001 do Boletim do Banco Central do Brasil (BACEN), o total de títulos com índice de correção cambial elevou-se de 9,4%, no final de 1996, para 27,2%, em julho de 2001.

Isso significa que, para contornar a falta de confiança do mercado em títulos baseados apenas na taxa de juros interna, causada pelas seguidas crises financeiras internacionais — crise asiática, em 1997, e crise russa, em 1998 — e pela desvalorização do real no início de 1999, a política monetária do governo federal apoiou-se, de forma crescente, na emissão de títulos cambiais.

Embora tal prática seja justificada no curto prazo, sua continuidade leva, no médio prazo, à total perda de controle sobre a dívida mobiliária interna, o que fica claro pela sua trajetória de crescimento exponencial no período citado: de R\$ 176 bilhões, em dezembro de 1996, para R\$ 609 bilhões, em julho de 2001, conforme a mesma publicação do BACEN. A manutenção de elevados estoques de títulos com correção cambial em um período de incertezas sobre o comportamento da taxa de câmbio, que se vislumbra longo, reduz ainda mais a confiança do mercado na capacidade de o Brasil gerir suas finanças.

Ademais, há um estímulo a que alguns segmentos do mercado financeiro elevem, por meio de ações especulativas nos leilões diários promovidos pelo BACEN, seus já astronômicos lucros. Assim, tais grupos atuam no sentido de elevar as taxas de tais leilões, de forma a ganhar ainda mais nos títulos comprados anteriormente e que estão em suas respectivas carteiras.

Como forma de estancar tal sangria que compromete o futuro de nosso país como nação soberana, proponho o presente acréscimo à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para limitar o estoque da dívida mobiliária federal com cláusula de correção cambial a dez por cento do total da mesma, percentual registrado no final de 1996. A redução do atual patamar para o novo patamar seria feita utilizando-se critérios já existentes na própria LRF. Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

Senador Roberto Requião.

LEGISLAÇÃO CITADA
LEI COMPLEMENTAR N.º 101, DE 4/5/2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a
responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

(...)

Art. 30 No prazo de noventa dias após a publicação desta Lei Complementar, o Presidente da República submeterá ao:

I Senado Federal: proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios, cumprindo o que estabelece o inciso VI do art. 52 da Constituição, bem como de limites e condições relativos aos incisos VII, VIII e IX do mesmo artigo;

II Congresso Nacional: projeto de lei que estabeleça limites para o montante da dívida mobiliária federal a que se refere o inciso XIV do art. 48 da Constituição, acompanhado da demonstração de sua adequação aos limites fixados para a dívida consolidada da União, atendido o disposto no inciso I do § 1.º deste artigo.

§ 1.º As propostas referidas nos incisos I e II do *caput* e suas alterações conterão:

I demonstração de que os limites e condições guardam coerência com as normas estabelecidas nesta Lei Complementar e com os objetivos da política fiscal;

II estimativas do impacto da ampliação dos limites a cada uma das três esferas de governo;

III razões de eventual proposição de limites diferenciados por esfera de governo;

IV metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.

§ 2.º As propostas mencionadas nos incisos I e II do *caput* também poderão ser apresentadas em termos de dívida líquida, evidenciando a forma e a metodologia de sua apuração.

§ 3.º Os limites de que tratam os incisos I e II do *caput* serão fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos.

§ 4.º Para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre.

§ 5.º No prazo previsto no art. 5.º, o Presidente da República enviará ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional, conforme o caso, proposta de manutenção ou alteração dos limites e condições previstos nos incisos I e II do *caput*.

§ 6.º Sempre que alterados os fundamentos das propostas de que trata este artigo, em razão de instabilidade econômica ou alterações nas políticas monetária ou cambial, o Presidente da República poderá encaminhar ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional solicitação de revisão dos limites.

§ 7.º Os precatórios judiciais não-pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

(...)

Art. 31 (...)

(...)

§ 5.º As normas deste artigo serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas.

(...)

Em relação à proposição apresentada, redija dois votos em parecer, um pela aprovação e outro pela rejeição, abordando, necessariamente, em cada voto, os seguintes aspectos:

- ▶ constitucionalidade da proposição;
- ▶ aderência aos princípios norteadores da LRF;
- ▶ impacto esperado sobre as finanças públicas, em especial sobre a administração da dívida pública mobiliária federal;
- ▶ prováveis desdobramentos macroeconômicos.

PROVA 2 – DISCURSIVA – 2.ª PARTE – TEXTO 4

- Para produzir o resumo relativo ao Texto 4, que vale **quinze** pontos, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 4** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Em meio ao terror... brilha uma luz

Em 11 de setembro de 2001, a humanidade, confusa, assistiu ao vivo, pela televisão, as cenas da ação terrorista nos Estados Unidos da América. Confusa, porque, inicialmente, o coração se recusava a acreditar no que os olhos viam. Tratava-se de realidade ou eram imagens de um filme, desses que invadem o nosso cotidiano, banalizando a violência e a destruição?

Embora a ciência e a tecnologia tenham avançado consideravelmente, ao se olhar o passado, constata-se uma triste realidade: a consciência da humanidade evoluiu muito pouco no último milênio. Os homens do poder continuam agindo da mesma maneira inconsciente. Mudaram os métodos, mas o uso do poder sobre os outros continua causando miséria e horror. A história nos lembra a brutalidade das Cruzadas dos séculos XI, XII e XIII: matava-se, depredava-se, humilhava-se, saqueava-se, dizimando e deixando muitos povos na mais terrível miséria. Isso, para não falar de muitas outras matanças ao longo dos séculos.

Tudo o que vivemos, individual e coletivamente, tem um sentido e não é fruto do acaso. A cada efeito corresponde uma causa e vice-versa. Esta é a lei do mundo material. O homem está a todo instante deparando-se com essa lei e sofrendo as conseqüências de seus atos, mas prefere continuar ignorando que é responsável pelo mundo que está criando. Enquanto habitar em nosso coração a separação, o ódio ou o ressentimento, continuaremos prisioneiros da lei de causa e efeito e não seremos livres, muito menos felizes.

Isso denuncia, pura e simplesmente, que a humanidade está doente. Por isso, cada um de nós está diante de uma escolha: questionar-se sinceramente acerca do que está criando por intermédio dos próprios pensamentos e ações no mundo, revendo seus valores, suas crenças, suas certezas e seus comportamentos, para evoluir; ou permanecer como antes, deixando-se consumir pelas doenças coletivas que se manifestam por meio do ódio e do medo.

E é bom não esquecer as nossas crianças e os nossos jovens. Como os estamos educando? Que valores estão eles recebendo dos adultos? E os jovens, cheios de esperança no futuro, que caminhos estamos lhes indicando como pais e professores? Estamos construindo um futuro em expansão ou um estreito caminho recheado de mágoas e ressentimentos? Estamos nós dando-lhes chance de evoluir com consciência e responsabilidade pela própria vida ou os estamos incluindo em um círculo vicioso de superficialismo, de aparências, marcado por julgamentos, medo e ódio? Por que não lhes ensinar que as nossas fantasias de poder são meras ilusões e que, como seres humanos, somos todos imperfeitos em busca da perfeição? Há muitos desafios a serem enfrentados diariamente por pais e educadores, e um deles é ensinar aos jovens e às crianças que o objetivo da vida é ser feliz. Mas o maior deles é manifestar amor, pois amar é um ato de coragem.

Apesar de tudo, é extraordinário constatar o espantoso poder que os acontecimentos dramáticos têm sobre os seres humanos. É como se brutalmente tivéssemos saído de uma letargia profunda, e, finalmente, durante algum tempo, os valores aos quais nós todos aspiramos pudessem enfim se exprimir. Vemos então, em todos os meios de comunicação, imagens e relatos de grandes momentos de fraternidade, de ajuda, de solidariedade, de compaixão, de mobilização nacional e internacional, enfim de abertura ao amor. Aí nos perguntamos: por que o ser humano espera encontrar-se em situações de extremo desespero para manifestar amor, compartilhar, aceitar e abrir-se ao outro? Quando é que o homem compreenderá que é feito de amor e não precisa sofrer para manifestar o que ele é em sua essência?

Isis Dias Vieira. *In*: Educação em focus. 2.ª ed. Brasília: 2002, p. 26-7 (com adaptações).

Redija um único parágrafo, apresentando, com clareza, coerência e correção o **resumo das idéias essenciais** desenvolvidas no texto acima. No resumo, aborde cada uma dessas idéias de forma pessoal, evitando a reprodução literal do texto.